

---

# Desafios da acessibilidade: as experiências das pessoas bibliotecárias com deficiência nas bibliotecas universitárias federais brasileiras

*Challenges of accessibility: the experiences of librarians with disabilities in Brazilian federal university libraries*

*Desafíos de la accesibilidad: las experiencias de los bibliotecarios con discapacidad en las bibliotecas universitarias federales brasileñas*

---

ALEJANDRO DE CAMPOS PINHEIRO (1), FREDERICO CESAR MAFRA-PEREIRA (2)

## Resumen

Se analiza la percepción de los bibliotecarios con discapacidad sobre las condiciones de accesibilidad en las bibliotecas universitarias federales de Brasil para el desempeño de sus actividades laborales. Se trata de un estudio aplicado con enfoque cualitativo, utilizando como procedimientos técnicos la investigación bibliográfica y documental, el análisis de la legislación y entrevistas online a 10 bibliotecarios con discapacidad. Los resultados muestran que, aunque la accesibilidad arquitectónica está presente, aún presenta defectos que le impiden satisfacer plenamente las necesidades de los profesionales. La accesibilidad actitudinal se enfrenta a retos como la falta de concienciación y sensibilidad del personal. La accesibilidad comunicativa se ve comprometida por la falta de recursos adaptados. La accesibilidad instrumental se ve comprometida por la presencia de equipos, sistemas y programas informáticos inaccesibles. La accesibilidad programática aún carece de una estructura completa en las bibliotecas, mientras que la accesibilidad metodológica se enfrenta a obstáculos debido a la falta de directrices claras. Ante este panorama, se puede concluir que los retos para implementar la accesibilidad en las bibliotecas universitarias son recurrentes y tienen un impacto negativo tanto en la inclusión como en el desarrollo de las actividades laborales de los bibliotecarios con discapacidad.

**Palabras clave:** Bibliotecarios con discapacidad. Bibliotecas universitarias. Accesibilidad. Prácticas profesionales. Brasil.

## 1. Introdução

A Agenda 2030, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a serem alcançadas até 2030, com o propósito de reduzir desigualdades sociais e promover uma sociedade mais inclusiva. Nesse contexto, destaca-se a urgência da adaptação dos espaços urbanos, da implementação de alternativas de acessibilidade na web e de outras ações que garantam a inclusão de diferentes grupos

## Abstract

The perception of librarians with disabilities about accessibility conditions in federal university libraries in Brazil for carrying out their work activities is analyzed. This is an applied study with a qualitative approach, using bibliographical and documentary research, analysis of legislation and online interviews with 10 librarians with disabilities as technical procedures. The results obtained indicate that, although architectural accessibility is present, it still has flaws that prevent it from fully meeting the needs of professionals. Attitudinal accessibility faces challenges, such as a lack of awareness and sensitivity on the part of staff. Communication accessibility is compromised by the scarcity of adapted resources. Instrumental accessibility is hampered by the presence of inaccessible equipment, systems and software. Programmatic accessibility still lacks a complete structure in libraries, while methodological accessibility faces obstacles due to the lack of clear guidelines. Given this scenario, it can be concluded that the challenges to implementing accessibility in university libraries are recurrent and have a negative impact on both inclusion and the development of the work activities of librarians with disabilities.

**Keywords:** Librarians with disabilities. University libraries. Accessibility. Professional practices. Brazil.

sociais, incluindo pessoas com deficiência, reforçando a necessidade de um planejamento verdadeiramente acessível e equitativo.

As pessoas com deficiência têm alcançado muitas conquistas e a sua inclusão perpassa pelas legislações que buscaram assegurar os seus direitos, com destaque para a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), em âmbito internacional, que permanece atual e em vigência, e em âmbito nacional, para a Lei Brasileira da Inclusão (Brasil, 2015). Com isso, as

bibliotecas universitárias também precisaram adequar os seus espaços, os produtos e os serviços não somente para satisfazer as necessidades de informação dos seus usuários, mas também, para tornar o seu ambiente adequado em incluir as pessoas bibliotecárias com deficiência.

As pessoas bibliotecárias com deficiência precisam de adaptações no seu local de trabalho para que possam realizar as suas atividades laborais de forma autônoma e com segurança. Dessa forma, é imprescindível ouvir esses profissionais e compreender quais as melhores opções devem ser aprimoradas para que as bibliotecas universitárias se tornem inclusivas tanto para os usuários quanto para as pessoas bibliotecárias que apresentam a condição de deficiência.

As atividades laborais das pessoas bibliotecárias com deficiência podem ser prejudicadas e inviabilizadas com a presença de barreiras arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais tornando o ambiente excludente e sem interações sociais. Assim, questiona-se como as pessoas bibliotecárias com deficiência avaliam as condições de acessibilidade das bibliotecas universitárias federais do Brasil para a realização das suas atividades laborais?

A partir do exposto, o presente artigo é um recorte de uma tese de doutorado e tem como objetivo avaliar as condições de acessibilidade que as pessoas bibliotecárias com deficiência enfrentam nas bibliotecas universitárias federais brasileiras para o desenvolvimento de suas práticas profissionais.

## **2. A pessoa bibliotecária com deficiência no mercado de trabalho: desafios persistentes**

A inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho foi impactada no ano de 1981, o qual foi considerado o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência pela ONU. A partir de então, uma série de legislações foram criadas, o que repercutiu na garantia de direitos desse público em vários segmentos sociais, como na área da saúde, da educação e do trabalho.

Entretanto, observa-se que ainda persiste na sociedade, instituições de âmbito público e privado que não se adequaram devidamente para que a inclusão das pessoas com deficiência, de fato, ocorresse, e assim, contribuindo para a permanência de ações que confirmam a exclusão desses indivíduos. Nessa direção, evidencia-se a presença de barreiras arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais e culturais que dificultam a permanência e a convivência desse público nos

mais distintos espaços (Hammes e Nuernberg, 2015; Santos, Lima e Ferraz, 2019).

Conforme uma breve revisão de literatura realizada nas bases de dados *Google Scholar*, *Web of Science*, *Scopus* e *Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci)*, nota-se que os estudos realizados com as pessoas bibliotecárias com deficiência são pouco explorados na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação e aqueles que foram recuperados apresentaram os desafios encontrados por esses profissionais nos seus locais de atuação.

Santos, Lima e Ferraz (2019) abordam as dificuldades que colaboradores cegos de uma biblioteca universitária tinham em acessar a informação em documentos, por meio dos *softwares* de leitura de tela. O documento era salvo no formato de imagem por outros colegas de setor, o *software* não lia o documento, pois realizava a leitura no formato pdf. Essa situação representa a importância de a pessoa com deficiência ser mais ouvida no ambiente de trabalho, podendo contribuir, por meio de sua vivência e experiências, com a melhor alternativa para deixar o ambiente de trabalho mais acessível.

Oud (2019) identificou com as pessoas bibliotecárias com deficiência das bibliotecas universitárias do Canadá, três situações que causam mais impacto no ambiente de trabalho: o desconforto por parte dos colegas e gestores devido à condição de deficiência; dificuldade em discutir ou assumir a deficiência no trabalho; e resistência em solicitar acomodação no local de trabalho, mesmo que esteja previsto esse direito na legislação.

Anderson (2021) aponta as perspectivas de pessoas bibliotecárias com transtorno do espectro autista (TEA) durante o processo seletivo de entrevistas para se candidatarem a uma vaga de emprego. Os participantes informaram que os gestores e colegas de trabalho possuíam dificuldades de acolhimento, pois desconheciam o nível do TEA. Alguns participantes omitiram a deficiência com receio de serem desclassificados ou por vergonha e as dificuldades dessas pessoas revelarem a sua condição, já que ela é invisível.

Hollich (2020) é uma pessoa bibliotecária com deficiência e o seu artigo enfatiza o apoio aos indivíduos com deficiências ocultas, e que as acomodações sejam percebidas como uma necessidade e não um privilégio. A autora destaca a importância da empatia no trabalho com a informação e a necessidade de as bibliotecas e outros locais de trabalho levarem a sério as experiências dos profissionais da informação com deficiência e fornecer acomodações sem repercussões adversas.

Siraki (2021) expõe as experiências das pessoas bibliotecárias com deficiências no local de trabalho e como sofrem discriminação e preconceitos. O artigo relata os desafios enfrentados pelas pessoas bibliotecárias com deficiência durante o processo seletivo de recrutamento e, quando são contratados passam por julgamentos devido a sua condição de deficiência e são constrangidos com comentários negativos de colegas e supervisores.

Rathbun-Grubb (2021) identificou que os gestores de bibliotecas universitárias na Irlanda estão conscientes da relevância das adaptações e sua implementação na prática nesses ambientes. Ainda destacaram a necessidade de compreender melhor as demandas dos colaboradores com deficiências invisíveis. Isso converge com as percepções relatadas por uma pessoa bibliotecária com deficiência que foi entrevistada neste estudo, a qual relatou que se sente pressionada em “ser 'normal' e atuar como se não tivesse uma deficiência”.

Brown e Sheidlower (2019, p. 471, tradução nossa) são pessoas bibliotecárias com deficiência e também afirmam que

[...] uma das facetas da Biblioteconomia que é pouco compreendida e apreciada é a presença de pessoas bibliotecárias com deficiência em nossa comunidade, e as contribuições e desafios que elas enfrentam.

Nessas circunstâncias, compreende-se que as bibliotecas, independentemente de sua tipologia, devem oferecer condições que possibilitem o desenvolvimento da atividade laboral da pessoa bibliotecária com deficiência. Logo, o espaço precisa estar adequado para que esse profissional possa exercer as suas atividades com independência e segurança.

Torna-se evidente que as condições favoráveis no ambiente do trabalho são fatores determinantes que impactam na qualidade e na realização das atividades laborais das pessoas com deficiência.

Diante do exposto, compreende-se a importância da implantação da acessibilidade e suas dimensões para que a inclusão das pessoas bibliotecárias com deficiência ocorra no ambiente das bibliotecas universitárias.

### 3. Acessibilidade

De acordo com Sasaki (1997), é por meio da acessibilidade que se torna possível alcançar a inclusão, pois ela viabiliza condições para que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades de usufruírem da potencialidade que determinado ambiente possa oferecer, o uso dos seus

produtos, dos seus serviços e das informações nele existentes. Dessa maneira, o processo de adaptação dos espaços se torna imprescindível para a ruptura de barreiras e atender às características peculiares da diversidade humana.

Assim, a acessibilidade é considerada um conceito muito extenso, que não se restringe à presença de recursos tecnológicos e adaptação de espaços, mas abrange as relações interpessoais, as formas de tratamento, o sentimento de empatia, uma ótica mais humanista direcionada ao coletivo.

Diante do exposto, Sasaki (2003) revela a existência de seis dimensões da acessibilidade, que se encontram relacionadas entre si: arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais.

A acessibilidade arquitetônica está relacionada à viabilidade no acesso às edificações e demais espaços públicos ou privados, urbanos ou rurais devido à presença de rampas, elevadores e pisos táteis que possam orientar e facilitar a locomoção geoespacial das pessoas com deficiência com independência e segurança (Sasaki, 2003).

A acessibilidade comunicacional está veiculada a presença de um meio que permite realizar a transcrição alternativa condizente para a pessoa com deficiência se comunicar ou que tenha acesso à informação, por exemplo, a tradução da Língua Brasileira de Sinais - Libras ou o *software* leitor de tela (Sasaki, 2003).

A acessibilidade metodológica consiste no uso de técnicas e métodos que favorecem a realização de atividades no ambiente de trabalho. Os postos de trabalho são analisados de forma que possam ser adequados para a inclusão da pessoa com deficiência naquele ambiente (Sasaki, 2003; Fundação Dorina Nowill, 2024).

A acessibilidade instrumental está condicionada ao manuseio sem barreiras de equipamentos e *softwares*. Como exemplo, um *software* leitor de tela favorece a utilização de um computador por uma pessoa cega ou com baixa visão (Sasaki, 2003; Fundação Dorina Nowill, 2024).

A acessibilidade programática trata das legislações, normas e portarias que garantem o direito e respeitam as necessidades das pessoas com deficiência e caso sejam julgados pertinentes, às adequações das leis são realizadas com o propósito de incluir esse público (Sasaki, 2003; Fundação Dorina Nowill, 2024).

A acessibilidade atitudinal se refere às formas de comportamento desprovido de preconceitos e estereótipos, tratando as pessoas com deficiência em condições de igualdade respeitando a sua

diversidade. É uma forma de tratamento que consiste em se colocar no lugar do outro, reconhecendo as suas características particulares, respeitando-o como cidadão e que não interferem em sua participação social (Sasaki, 2003; Diniz; Cordeiro; Silva, 2022).

Para se alcançar a acessibilidade à informação nas bibliotecas, as barreiras arquitetônicas, ainda presentes, como a ausência de rampas, piso táteis, sinais sonoros comprometem o deslocamento da pessoa com deficiência até a biblioteca universitária; as barreiras comunicacionais, como os catálogos das bibliotecas online, caso não estejam adaptados para o público com deficiência visual ou auditivo podem ser impeditivos para que essa pessoa usuária realize a busca pelo recurso informacional desejado; as barreiras atitudinais, por meio do tratamento provido de discriminação, preconceito e baseado em estereótipos afastam a pessoa com deficiência em utilizar os produtos e serviços da biblioteca universitária. (Wellichan; Manzini, 2018).

Assim, para que a pessoa bibliotecária com deficiência possa desenvolver suas atividades laborais com qualidade, observa-se que as dimensões da acessibilidade precisam atuar em conjunto para que a inclusão desse profissional, de fato, aconteça. O ambiente das bibliotecas precisa oferecer condições de acessibilidade, desde o aspecto físico ao virtual, para que o profissional com deficiência tenha várias possibilidades de atuação.

#### 4. Procedimentos metodológicos

O presente estudo é considerado uma pesquisa aplicada, pois visa solucionar potenciais problemas específicos, e neste caso, compreender os desafios enfrentados pelas pessoas bibliotecárias com deficiência para a sua atuação profissional nas bibliotecas universitárias federais brasileiras (Marconi e Lakatos, 2003; Gil, 2008).

Quanto à abordagem, é considerada de caráter qualitativa, uma vez que o universo da população estudada é um grupo específico e, para esta pesquisa, se refere às pessoas bibliotecárias com deficiência que atuam em bibliotecas universitárias federais brasileiras (Marconi e Lakatos, 2003; Gil, 2008).

Em relação aos procedimentos técnicos, se caracteriza como pesquisa bibliográfica e documental, pois busca estabelecer contato direto do pesquisador com as fontes informacionais, nos quais registram o conhecimento publicado sobre determinado assunto, em meio impresso ou eletrônico para a construção do arcabouço teórico (Marconi e Lakatos, 2003). Além disso, se utiliza

da legislação em âmbito nacional e internacional que abordam sobre os direitos das pessoas com deficiência e para este estudo, a ênfase recai sobre as pessoas bibliotecárias com deficiência.

A próxima etapa consistiu em identificar as bibliotecas universitárias federais brasileiras, que constituem em seu quadro de servidores, pessoas bibliotecárias com deficiência. Para esta etapa, recorreu-se ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) das universidades federais brasileiras, o qual disponibiliza “o acesso às informações públicas produzidas ou sob guarda da Universidade” (Universidade Federal de Minas Gerais, 2024, *online*), e é o órgão responsável por receber, encaminhar e acompanhar pedidos referentes à Lei de Acesso à Informação (LAI). Para cada uma das 68 universidades federais brasileiras foi realizada uma solicitação de pedido de acesso à informação via SIC, que consistia em verificar a quantidade de pessoas bibliotecárias com deficiência que cada instituição possuía em seu quadro de servidores.

Após identificar as instituições que contavam com pessoas bibliotecárias com deficiência em seu quadro de servidores, um convite foi enviado por e-mail para que esses profissionais fossem entrevistados. Considerando a atuação da pessoa bibliotecária com deficiência em bibliotecas universitárias federais brasileiras localizadas nas mais distintas regiões geográficas do Brasil, a entrevista foi desenvolvida no ambiente *web* por meio de chamada de vídeo, utilizando os sistemas do *Google Meet*® ou *WhatsApp*®. A entrevista *online* tem um único intuito: “o de fazer com que a entrevista se assemelhe tanto quanto possível a uma conversa natural, estimulando que o respondente fique à vontade para se expressar” (Cunha, Amaral e Dantas, 2015, p. 230).

Após a realização das entrevistas, as informações coletadas foram analisadas e discutidas baseadas na literatura.

#### 5. Análise e discussão dos resultados

Esta seção apresenta a análise e a discussão dos resultados da pesquisa, que identificou 45 pessoas bibliotecárias com deficiência distribuídas entre as 68 universidades federais brasileiras.

Após o envio de convites por e-mail para a participação na pesquisa, direcionados aos profissionais em suas respectivas instituições, 10 pessoas bibliotecárias com deficiência manifestaram interesse em participar do estudo.

A amostra deste estudo foi composta por pessoas bibliotecárias com deficiência atuantes em bibliotecas universitárias federais brasileiras. Durante o processo de entrevistas, as próprias

peças participantes foram incentivadas a indicar outros profissionais com deficiência que pudessem colaborar com o estudo. Esse procedimento, conhecido como "técnica da bola de neve", consiste em uma amostragem não probabilística na qual os primeiros participantes indicam novos sujeitos, que, por sua vez, indicam outros, até que o objetivo da pesquisa seja alcançado ou o ponto de saturação dos dados seja atingido (Baldin; Munhoz, 2011). Segundo Minayo (2017), a saturação ocorre quando novas entrevistas não trazem mais informações relevantes sobre o objeto de estudo, indicando o encerramento do processo de coleta.

Apesar da ausência de consenso na literatura quanto à quantidade mínima de entrevistas necessárias para alcançar a saturação, alguns autores sugerem parâmetros quantitativos. Neste estudo, seguiu-se, a proposta de Atran, Medin e Ross (2005), que indicam como referência mínima a realização de 10 entrevistas.

Mesmo com esforços para ampla divulgação da pesquisa — incluindo o envio de convites por e-mail, a colaboração dos setores de comunicação dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia e o uso da técnica da bola de neve — a adesão à pesquisa foi limitada. A participação foi voluntária, o que implica que diversos fatores podem ter influenciado a baixa taxa de resposta. Além da possibilidade de os profissionais não terem tido conhecimento da pesquisa ou terem esquecido de realizar o contato, é importante considerar aspectos estruturais e subjetivos. Barreiras de acessibilidade, sobrecarga de trabalho, receio de exposição, falta de identificação com o tema da deficiência e a pouca articulação em redes de apoio entre pessoas bibliotecárias com deficiência podem ter contribuído para essa baixa participação. Tais fatores refletem não apenas desafios metodológicos, mas também aspectos sociais e institucionais que afetam a visibilidade e a integração desses profissionais no contexto acadêmico e profissional.

Portanto, para os profissionais que participaram do presente estudo foi identificado a sua condição de deficiência e em seguida foi questionado: como eles avaliavam os aspectos da acessibilidade (arquitetônica, comunicacional, atitudinal, programática, metodológica e/ou instrumental) no ambiente de trabalho?

A análise das entrevistas foi realizada utilizando a análise de narrativa, que considerou aspectos estruturais, temáticos, interacionais e performáticos, permitindo identificar padrões de experiência e representação nas falas dos entrevistados. Dessa forma, ao analisar as narrativas, buscou-se não apenas identificar conteúdos recorrentes,

mas também compreender como as PBCD constroem sentidos sobre suas práticas profissionais, as barreiras enfrentadas e as estratégias de inclusão desenvolvidas nos ambientes em que atuam (Riessman, 2008).

A análise foi conduzida de maneira sistemática, com base em etapas adaptadas de Riessman (2008), Jovchelovitch e Bauer (2002): 1) Preparação dos dados; 2) Definição da unidade de análise; 3) Organização dos relatos; 4) Análise estrutural e temática; 5) Contextualização; 6) Comparação entre narrativas; 7) Construção da interpretação final.

Os resultados foram organizados em tabelas específicas: uma referente à condição de deficiência e as demais, a cada uma das dimensões supracitadas. Para facilitar a compreensão, adotou-se a sigla PBCD para representar "pessoa bibliotecária com deficiência", acompanhada de uma numeração correspondente à ordem de participação na entrevista, conforme apresentado a seguir.

<i>Pessoa entrevistada</i>	<i>Condição de deficiência</i>
PBCD 1	Transtorno do Espectro Autista
PBCD 2	Mobilidade reduzida
PBCD 3	Deficiência auditiva
PBCD 4	Deficiência física
PBCD 5	Paralisia cerebral
PBCD 6	Cegueira
PBCD 7	Mobilidade reduzida
PBCD 8	Deficiência física
PBCD 9	Deficiência física
PBCD 10	Distrofia muscular

*Tabela 1. Condição de deficiência das PBCD*

De acordo com as informações da Tabela II, observa-se que alguns aspectos positivos em relação a acessibilidade arquitetônica, como a presença de elevadores e rampas em alguns locais e adaptações em mobiliário e estrutura interna. No entanto, a ênfase recai nas diversas falhas na infraestrutura das bibliotecas e do ambiente universitário, tais como: a falta de rampas e acessibilidade comprometida; equívocos na sinalização tátil e visual; estruturas ineficientes ou mal planejadas e barreiras estruturais que exigem grandes reformas.

A falta de infraestrutura acessível pode gerar a redução da autonomia para a locomoção independente; exclusão acadêmica devido as barreiras para acessar a biblioteca; desconforto e insegurança podem aumentar o risco de acidentes e tornar o ambiente impróprio.

Salienta-se que as bibliotecas universitárias devem proporcionar uma acessibilidade arquitetônica que permita o acesso a todas as pessoas com ou sem deficiência, pois é a partir de um espaço acessível que se torna possível a pessoa com deficiência se deslocar com segurança, desempenhar novas atividades, interagir com o ambiente, se sentir mais incluída, ou seja, usufruir desse ambiente em toda a sua potencialidade (Baptista; Gonçalves, 2016).

<i>Pessoa</i>	<i>Acessibilidade arquitetônica</i>
PBCD 1	“A biblioteca ocupa o andar térreo, no entanto, não possui rampa, assim, a acessibilidade arquitetônica fica comprometida.”
PBCD 2	“A biblioteca vai fazer o projeto de acessibilidade arquitetônica. Coloque logo dentro das normas do projeto a questão de acessibilidade.”
PBCD 3	“A biblioteca possui acessibilidade arquitetônica, por meio de rampa, elevador e piso tátil.”
PBCD 4	“Tem elevador e a rampa chega até ao estacionamento, mas falta piso tátil e placa de sinalização nas estantes.”
PBCD 5	“A gente não tem piso tátil, O que a gente garantiu foram espaços entre as estantes para que o cadeirante possa circular, nós temos uma entrada para a pessoa cadeirante, nós temos um balcão rebaixado, nós temos computadores e mesa rebaixada.”
PBCD 6	“A acessibilidade arquitetônica é falha tanto na biblioteca, quanto na universidade.”
PBCD 7	“A questão da arquitetura tem que melhorar essa questão da escada, melhorar a iluminação, o acesso entre os espaços, né? Nas estantes. Em relação ao elevador, funciona. Nunca vi problema no tempo que eu fiquei lá. Falta rampa e piso tátil.”
PBCD 8	“Temos rampa na entrada da biblioteca e banheiro acessível.”
PBCD 9	“Falta rampa, mas eu não tenho conhecimento para dizer o que falta.”
PBCD 10	“A acessibilidade arquitetônica está ok.”

*Tabela II. Avaliação sobre a acessibilidade arquitetônica*

Por sua vez, segundo a Tabela III, nota-se uma diversificação das experiências de acessibilidade atitudinal. Destacaram-se demonstrações de empatia e acolhimento por parte dos colegas, enquanto outras pessoas entrevistadas apontaram

a falta de sensibilidade, a ausência de empatia e até mesmo situações de discriminação velada.

<i>Pessoa</i>	<i>Acessibilidade atitudinal</i>
PBCD 1, 3 e 6	“Os colegas de trabalho demonstram uma relação cordial e de empatia.”
PBCD 2	“Há bibliotecários que se incomodam com a ‘desordem’ provocada pelas pessoas com deficiência. Eu particularmente não sinto abalada.”
PBCD 4	“Sou tratada(o) com respeito pelos colegas e alunos”
PBCD 5	“Então, o que eu puder fazer nesse acolhimento, nessa acessibilidade atitudinal, a biblioteca está melhorando cada vez mais. Então, a gente tenta não é ajudar, mas dar um apoio nesse aspecto para que eles possam realmente concluir o seu curso.”
PBCD 7	“É, acho que falta muito. Não tem, não tem empatia, muita gente. Só lembra quando vê uma pessoa e aí na atitude tá faltando bastante.”
PBCD 8	“Já passei por discriminação velada. É que ninguém vai chegar e dizer uma coisa assim, ouça a cadeirante.”
PBCD 9	“Eu não sinto preconceito, mas talvez os colegas com deficiências visuais, pelo fato de não enxergarem devem sentir mais. Sinto que os colegas têm cuidado comigo.”
PBCD 10	“Em nenhum momento eu passei por algum tipo de preconceito” Desde quando ficaram sabendo que eu iria para lá, o diretor da faculdade e o arquiteto entraram em contato comigo para saber do que eu precisava.”

*Tabela III. Avaliação sobre a acessibilidade atitudinal*

Compreende-se que algumas pessoas só se preocupam com a acessibilidade quando percebem a presença de alguém com deficiência; em alguns casos, o preconceito não é explícito, mas está presente em pequenas atitudes, como ignorar as necessidades da pessoa; identifica-se também a resistência à mudança, uma vez que profissionais veem as adaptações como um incômodo, ao invés de uma necessidade para inclusão.

Nessa direção, Pupo e Martins (2014, p. 38) ressaltam que “o acolhimento e atendimento corretos dependem de um conjunto de atividades, pois a falta de um único item compromete qualquer esforço isolado.” Diante dessa mesma

conjuntura, cabe dizer que as dimensões da acessibilidade não atingem os seus objetivos de maneira isolada, porque elas se interconectam e se relacionam entre si (Sasaki, 2003).

<i>Pessoa</i>	<i>Acessibilidade comunicacional</i>
PBCD 1	"Falta um profissional de Libras"
PBCD 2	"E fazendo isso, a gente fez agora uma política das mídias sociais. Que foi o que a gente fez? Colocou, pulverizou dentro dela as questões de acessibilidade. Eu acho que é assim que a gente tem que trabalhar aquelas dimensões."
PBCD 3	"Há um esforço nesse sentido."
PBCD 4	"Conheço um pouquinho sobre Libras."
PBCD 5	"Tem uma carência muito de acervos adaptados, mas aí a gente vai buscando que a está no nosso alcance. No momento, a gente está no processo de se integrar na rede Rebeca."
PBCD 6	"A comunicacional até que se tem se preocupado em fazer a audiodescrição e o pdf acessível. O e-mail institucional não é acessível."
PBCD 7	"Temos o Dosvox, leitor de tela, mas não temos ninguém que domine Libras."
PBCD 8	"Não tem acessibilidade comunicacional."
PBCD 9	"Há leitores de tela nas ilhas de pesquisa para pessoas com deficiências visuais. Foi desenvolvido recursos para os colegas com deficiências visuais para o serviço de atendimento ao usuário."
PBCD 10	"Tudo o que eu realmente eu preciso é atendido"

*Tabela IV. Avaliação sobre a acessibilidade comunicacional*

De acordo com a Tabela IV, algumas ações foram utilizadas para melhorar a acessibilidade comunicacional, como o uso de leitores de tela, a audiodescrição e a política de inclusão nas redes sociais. Embora haja iniciativas pontuais, os relatos revelaram uma série de barreiras significativas na acessibilidade comunicacional das bibliotecas: falta de intérpretes de Libras; sistemas e softwares inacessíveis; falta de materiais acessíveis; falta de conscientização e preparo da equipe.

Essas dificuldades vão ao encontro das reflexões realizadas por Wellichan e Manzini (2018, p. 85) que abordam o seguinte: "[...] quando a acessibilidade é mencionada na biblioteca, seu

significado precisa estar muito além, pois conforme Manzini (2014, p. 20) "[...] as condições de acessibilidade devem estar fora da pessoa ou do usuário. Essas condições fazem parte dos espaços; mobiliários; equipamentos urbanos; edificações e dispositivos de comunicação e informação"

<i>Pessoa</i>	<i>Acessibilidade programática</i>
PBCD 1 e 3	Não souberam opinar
PBCD 2	"Eu preciso colocar nos documentos que normatizam a compra da biblioteca as questões de acessibilidade, metodológicas e instrumentais. Porque se não colocar, a pessoa não vai lembrar, entendeu?"
PBCD 4	"Satisfatório."
PBCD 5	"A gente precisa muito avançar."
PBCD 6	"São adaptados."
PBCD 7	"Ainda existem muitas pessoas leigas que desconhecem sobre os seus direitos."
PBCD 8 e 9	"Não tem"
PBCD 10	"Não tive problemas."

*Tabela V. Avaliação sobre a acessibilidade programática*

Segundo a Tabela V, a acessibilidade programática das bibliotecas revelam avanços e desafios significativos.

<i>Pessoa</i>	<i>Acessibilidade instrumental</i>
PBCD 1,4,6 e 7	"O sistema de gerenciamento de acervo não é acessível."
PBCD 2	"Precisa estar diluída, por meio dos documentos de compra da biblioteca."
PBCD 3	"O telefone teve que ser adaptado. "Eu digo não tem, mas eu não quero que cheguem aqui e coloquem sem saber se eu preciso do negócio de verdade!"
PBCD 5	"A gente precisa muito avançar."
PBCD 8	"O sistema não tem adaptação para todos."
PBCD 9	"Não uso instrumento, então não sei opinar."
PBCD 10	"Não tive problemas."

*Tabela VI. Avaliação sobre acessibilidade instrumental*

Diante disso, algumas medidas programáticas foram implementadas, como a transparência nos

processos administrativos; a política de acessibilidade nas mídias sociais; e a normatização da compra de materiais acessíveis. Esses relatos mostram que há tentativas de incorporar a acessibilidade nas diretrizes da biblioteca, mas ainda existem muitas lacunas a serem preenchidas.

Assim, conforme destacam Santos, Lima e Ferraz (2019, p. 70), “o servidor pode até ser qualificado, ter proatividade, querer fazer um bom trabalho, mas, se não tiver as condições adequadas, não conseguirá atingir o seu objetivo.”

No contexto das bibliotecas universitárias analisadas há a preocupação com a acessibilidade instrumental, especialmente para pessoas com deficiência visual, porém, foram apontados diversos obstáculos que dificultam o uso de ferramentas e tecnologias assistivas na biblioteca: sistemas e softwares inacessíveis; falta de equipamentos acessíveis; dependência de adaptações manuais; dificuldade no acesso à informação; dependência de terceiros. Esses fatores comprometem a inclusão e a autonomia das PBCD em desenvolver as suas atividades laborais e utilizar os serviços da biblioteca.

<i>Pessoa</i>	<i>Acessibilidade metodológica</i>
PBCD 1 e 4	“Os processos são bem transparentes.”
PBCD 2	“Toda biblioteca tem os manuais, os procedimentos de serviço. “É preciso colocar a concepção de serviços acessíveis dentro dos normativos. Tem que ser dentro da normatização da biblioteca, dentro dos normativos. E não é um capítulo, porque tem gente fazendo assim. A gente pegou o Pêrgamum® e a gente fez um tutorial de como atender os alunos com deficiência usando o Pêrgamum®.”
PBCD 3	“Eu acho que há um olhar assim, a gente quer que seja acessível, mas falta um esforço maior. E eu acho que essa falta de esforço vem um pouco também, da complexidade da universidade também.”
PBCD 5	“A gente precisa muito avançar.”
PBCD 6	“A gente faz as adaptações para o Braille, entendeu? Para manusear com acervo, a gente tem um catálogo em Braille.”
PBCD 7 e 9	“Não sei te dizer sobre isso”
PBCD 8	“Vou adaptando as coisas e peço para o bolsista me auxiliar na minha sala.”
PBCD 10	“Não tive problemas”

*Tabela VII. Avaliação sobre a acessibilidade metodológica*

Diante desse cenário, Carreira (1997) *apud* Baptista e Gonçalves (2016, p. 503) alertam que “não devemos criar espaços reservados para as pessoas com deficiência trabalharem, [pois] além de ser discriminatória essa prática não colabora com a integração do colaborador.” Logo, a acessibilidade instrumental é essencial para incluir e evitar o isolamento da pessoa com deficiência no ambiente de trabalho.

Conforme exposto na Tabela VII, compreende-se a tentativa de incorporar práticas mais inclusivas, contudo, ainda há lacunas que comprometem a acessibilidade metodológica nas bibliotecas, como: a falta de diretrizes claras para adaptação de metodologias; deficiências na adaptação de materiais e conteúdos; e a falta de integração da acessibilidade metodológica aos serviços da biblioteca.

Isso vai ao encontro do pensamento de Stroparo e Moreira (2016, p. 219) ao qual afirmam que “[...] é preciso assegurar políticas de forma permanente, possibilitando que a acessibilidade em todas as suas dimensões se dê de maneira plena, e não fragmentada e pontualmente.”

## 6. Considerações finais

Este estudo teve como objetivo avaliar os desafios de acessibilidade enfrentados pelas pessoas bibliotecárias com deficiência em bibliotecas universitárias. As entrevistas realizadas com esses profissionais revelaram ações pontuais na implementação das seis dimensões da acessibilidade. No entanto, essas melhorias ainda não foram completamente integradas ao ambiente da pessoa bibliotecária com deficiência, o que compromete o pleno desenvolvimento de suas práticas profissionais.

Constatou-se que a acessibilidade metodológica ainda é um grande desafio nas bibliotecas universitárias. Mesmo que haja algumas iniciativas isoladas, como adaptações para o formato Braille e esforços individuais para tornar os serviços mais acessíveis, a falta de diretrizes formais, a carência de acervos adaptados e a inacessibilidade dos sistemas digitais impedem uma inclusão efetiva.

Nessa mesma direção se encontra a acessibilidade programática, que também não está completamente estruturada nas bibliotecas universitárias devido a ausência de regulamentos bem definidos e integrados e isso impede que a acessibilidade seja plenamente implementada.

Determinadas bibliotecas universitárias constam de recursos e equipamentos que contribuem para a acessibilidade instrumental. No entanto, há graves barreiras que comprometem a

inclusão, como sistemas inacessíveis, equipamentos inadequados e a falta de tecnologias assistivas automatizadas.

Na dimensão da acessibilidade comunicacional, ainda que algumas bibliotecas utilizem de leitores de tela e da implementação de política de mídias sociais acessíveis, é evidente a ausência de intérpretes de Libras, a inacessibilidade de sistemas e a falta de acervos adaptados.

A acessibilidade arquitetônica das bibliotecas universitárias tem pontos positivos, como a presença de alguns elevadores e rampas, mas ainda há muitas falhas estruturais que impedem uma verdadeira inclusão. A ausência de rampas em algumas áreas, a falta de sinalização e a necessidade de grandes reformas mostram que o ambiente ainda não atende totalmente às necessidades das pessoas com deficiência.

Por fim, a acessibilidade atitudinal ainda apresenta desafios, mas também há exemplos positivos de acolhimento. O problema principal é a falta de conscientização e sensibilidade de alguns profissionais e colegas. Para avançar, é essencial investir em educação, treinamento e cultura inclusiva.

A partir desse entendimento, evidencia-se a necessidade de que a acessibilidade seja incorporada como política institucional nas bibliotecas universitárias federais brasileiras, garantindo sua aplicabilidade de forma contínua, independentemente das mudanças de gestão. Para isso, recomenda-se que a acessibilidade seja tratada como temática transversal em todas as rotinas de trabalho da biblioteca, por meio de ações como:

- Desenvolvimento de coleções que incluam a aquisição de obras em formatos acessíveis, como audiovisual, Libras ou Braille;
- Repositórios institucionais com política de arquivamento que exija que monografias, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses sejam depositados em PDF acessível, compatível com leitores de tela;
- Regulamentos acessíveis, disponibilizados em Braille e Libras, prevendo ainda o direito de ingresso de pessoas com deficiência visual acompanhadas de cão-guia;
- Obrigatoriedade de descrição alternativa para imagens em publicações nos sites institucionais, mídias sociais e produções científicas.

Essas medidas representam exemplos práticos de ações que podem ser implementadas por todas as bibliotecas universitárias federais brasileiras, contribuindo para a efetivação do direito à

informação e para a promoção de ambientes inclusivos.

Diante disso, constata-se que os avanços na acessibilidade ainda ocorrem de forma pontual, e os desafios para sua implementação nas bibliotecas universitárias federais brasileiras persistem. Nesse contexto, as dificuldades para tornar esses ambientes verdadeiramente inclusivos comprometem tanto a qualidade quanto o desenvolvimento das atividades laborais das pessoas bibliotecárias com deficiência.

## Referências

- Anderson, A. (2021). Job seeking and daily workforce experiences of autistic librarians. *The International Journal of Information, Diversity, & Inclusion*. 5:3, 38-63. 10.33137/ijidi.v5i3.36196
- Atran, S.; Medin, D.L.; Ross, N. O. (2005). The cultural mind: environmental decision making and cultural modeling within and across populations. // *Psychological Review*. 112:4, 744-776. 10.1037/0033-295X.112.4.744
- Brasil. Congresso Nacional (1990). Lei. nº 8.112, de 11 dezembro de 1990. // *Diário Oficial da União*, 1990-04-19.
- Brasil. Congresso Nacional (1991). Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991. // *Diário Oficial da União*, 1991-07-25.
- Brasil. Congresso Nacional (2012). Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. // *Diário Oficial da União*, 2012-08-30.
- Brasil. Congresso Nacional (2015). Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. // *Diário Oficial da União*. 2015-07-07.
- Baldin, N.; Munhoz, E. M. B. (2011). Educação ambiental comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa *snowball* (Bola de Neve). // *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. 27, 46-60. <https://doi.org/10.14295/remea.v27i0.3193>
- Baptista, M. M.; Gonçalves, M. S. (2016). Acessibilidade para colaboradores em bibliotecas universitárias: um estudo de caso no Sistema de Bibliotecas da Universidade de Caxias do Sul – SIBUCS. // *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*. 21:3, 497-515.
- Brown, R.; Sheidlower, S. (2019). Claiming our space: a quantitative and qualitative picture of disabled librarians. // *Library Trends*. 67:3, 471- 486.
- Carreira, D. (1997). A integração da pessoa deficiente no mercado de trabalho. // Mantoan, M. T. E. *A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon.
- Cunha, M. B.; Amaral, S. A.; Dantas, E. B. (2015). *Manual de estudo de usuários da informação*. São Paulo: Atlas.
- Diniz, I. C. S.; Cordeiro, L.; Silva, M. F. (2022). Empoderamento e protagonismo do bibliotecário com deficiência nas bibliotecas brasileiras. // *Anais 29 Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação 2022*.
- Fundação Dorina Nowill. <https://fundacaodorina.org.br/blog/sete-tipos-de-acessibilidade/>
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Hammes, I. C.; Nuernberg, A. H. (2015). A inclusão de pessoas com deficiência no contexto do trabalho em Florianópolis: relato de experiência no sistema nacional de emprego. // *Psicologia Ciência e Profissão*. 35:3, 2015. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212012>
- Hollich, S. (2020). What it means for a disabled librarian to "pass": an exploration of inclusion, identity, and information work. / *The International Journal of Information,*

- Diversity, & Inclusion. 4:1. 94-107. 10.33137/ijidi.v4i1.32440
- Marconi, M. A.; Lakatos, E. M. (2003). Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Altas.
- Minayo, M. C. S. (2017). Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. // Revista Pesquisa Qualitativa. 5:7, 1-12.
- Oud, J. (2019). Systemic workplace barriers for academic librarians with disabilities. // College & Research Libraries. 80:2, 169-194. <https://doi.org/10.5860/crl.80.2.169>
- Pupo, D. T.; Martins, V. S. G. (2014). Construção de parâmetros para implantação de bibliotecas acessíveis. // Revista Gestão & Conexões. 3:1, 23-42. 10.13071/regec.2317-5087.2014.3.1.5049.23-42
- Pinheiro, A. C. (2021). Os recursos de Tecnologia Assistiva nas bibliotecas universitárias federais brasileiras: uma abordagem para as pessoas com deficiências visuais. Dissertação. (mestrado em Ciência da Informação).
- Rathbun-Grubb, S. (2021). Voices of strength: a survey of librarians working with chronic illnesses or conditions. // Journal of Library Administration. 61:1, 42-57. <https://doi.org/10.1080/01930826.2020.1845546>
- Santos, M. S. M.; Lima, T. C. B.; Ferraz, S. F. S. (2019). Além da acessibilidade: desafios da socialização organizacional de pessoas com deficiência em uma instituição federal de ensino superior. // Economia e Gestão. 19:54, 58-76. <https://doi.org/10.5752/P.1984-6606.2019v19n54p58-76>
- Sassaki, R. K. (1997). Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA.
- Sassaki, R. K. (2003). A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. // Revista Nacional de Reabilitação. 6:32, 4-7.
- Siraki, A. (2021). Too many spoons: library workers and disabilities. // Library leadership & management. 29:3, 1-7. doi:10.5860/crl.80.2.169
- Stroparo, E. M.; Moreira, L. C. (2016). O papel da biblioteca universitária na inclusão de alunos com deficiência no ensino superior. // Educação. 41:1, 209-222. <https://doi.org/10.5902/1984644417430>
- Universidade Federal de Minas Gerais (2024). Serviço de Informação ao cidadão. <https://ufmg.br/aceso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic-ai>.
- Wellichan, D.S.P.; Manzini, E. J. (2018). A Tecnologia Assistiva em bibliotecas públicas: uma abordagem preliminar sobre sua importância e contribuição para usuários com deficiência. // Biblionline. 14:4, 83-90. 10.22478/ufpb.1809-4775.2018v14n4.42021

---

Enviado: 2025-03-20. Segunda versão: 2025-08-08.  
Aceptado: 2025-10-20.

---